

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

URBANIZAÇÃO E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO NA OBRA DE ALBERTO TORRES (*).

ADALBERTO MARSON

do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universi-
dade de São Paulo.

As praias, os portos, as fronteiras, as cidades à beira-mar e cosmopolitas, os povoados à margem das grandes vias de comunicação — pousos de marujos, de aventureiros e de viajantes em jornadas de ambição, e em férias, pelo menos, de disciplina social — são, em toda a parte, zonas mistas de difusão e desagregação social, áreas de invasão de costumes fáceis e de perversão dos caracteres.” (Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, 1933, p. 68).

Não é difícil constatar que os problemas da urbanização-industrialização no Brasil têm sido teorizados e pesquisados principalmente por sociólogos (1). Na tentativa de definir modelos ideológico-políticos de desenvolvimento, sua atenção tem-se voltado mais para a etapa contemporânea (1930 em diante), em que as tensões sociais e as produções ideológicas se configuram tipicamente dentro das determinações do capitalismo subdesenvolvido na fase urbano-industrial. Para a etapa anterior, de formação de complexos urbano-industriais, a preocupação desses pesquisadores limita-se a elaborar grandes sínteses, quase sempre a título de estabelecer a periodização do modelo histórico de desenvolvimento em estudo, contendo explicações tão genéricas que encobrem casos específicos.

(*) — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe B, no dia 6 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1). — Julgamos suficiente tomar por base as análises de Luís Peireira, *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo. Pioneira. 1970. (Especialmente o cap. 3: “Urbanização ‘sociopática’ e tensões sociais na América Latina”).

Em contrapartida, os raros trabalhos de historiadores sobre a industrialização distinguem-se por uma tarefa menos ambiciosa, a de proceder levantamentos, apontar minúcias ou particularidades, relatar ocorrências, sem introduzir uma reflexão teórica mais ampla sobre o objeto da pesquisa (2).

Por uma razão principal nos parecem insuficientes as referências a Alberto Torres nos estudos históricos da industrialização: a forma mecânica com que situam a sua posição frente ao processo de urbanização e aos inícios da industrialização. As soluções individuais deste pensador, bem como suas críticas, são meramente comparadas a outras, como se fossem argumentações episódicas, favoráveis ou contrárias, de posições ou interesses diretamente assumidos em face das questões econômicas, financeiras e cambiais que marcavam a conjuntura do momento. É, aliás, em virtude dessa análise insuficiente e mecanicista que todas as posições de indivíduos ou de grupos, mencionadas nos estudos de industrialização, são passíveis de re-avaliação crítica (3).

A perspectiva de análise que ora se oferece procura ampliar essas contribuições, pressupondo que, no estudo da história, não há respostas definitivas. Constituem pontos de apoio as hipóteses de uma generalização teórica que concebe a sociedade brasileira como uma sociedade capitalista em formação, entendendo-se que apresenta uma integração entre os setores econômicos internos e uma relação de dependência (e imperialismo) com as sociedades capitalistas hegemônicas (as “metrópoles” européias e norte-americanas), relação esta que configura um sistema capitalista inter-nacional e inter-societário (4). Com as noções dessa generalização é possível desenvolver uma análise

(2). — É o caso do estudo de Nícia Vilela Luz que continua sendo o mais importante na área de História. LUZ (N.V.), *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. 2ª ed. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1961. Para o tema tratado, interessa o capítulo 3: “Aspectos do pensamento nacionalista brasileiro”.

(3). — Em que pese a valiosa contribuição do levantamento informativo e o pioneirismo da interpretação, a obra citada de N. V. Luz não efetua análise da ideologia.

(4). — Conceitos e formulações extraídos de Luís Pereira, *ob. cit.*, sobretudo o cap. 2: “Caracterização do subdesenvolvimento”. Semelhante teoria de explicação do desenvolvimento do capitalismo é também defendida por outros autores, nacionais e estrangeiros: FRANCO (M. S. de Carvalho), *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. 1969. FRANK (A.G.), *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. Londres. Modern Reader Paperbacks. 1969. BARAN (P.A.), *A economia política do desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1972. Não se trata de uma questão “fechada”; estas indicações, sem a pretensão de esgotamento bibliográfico, identificam uma necessária opção.

que busque a especificidade do processo de urbanização no Brasil, a partir dessa matéria-prima: as idéias e noções de um representante ideológico (Alberto Torres). Portanto, na sua redução final, a análise é bastante individualizada, sem nunca perder de vista um quadro de situações mais amplo.

Nessa busca de compreensão de Alberto Torres, a hipótese explicativa mais geral diz respeito à presença de padrões senhoriais presidindo a elaboração ideológica, os quais não se anunciam de modo explícito no conteúdo dos textos. Cabe destacar que esses padrões assinalam sua presença no momento em que se acelera na sociedade brasileira a realização de relações capitalistas de produção mais avançadas, iniciando um período de transição da etapa “liberal” à etapa “monopolista”, transição esta que ocorre em escala internacional das áreas capitalistas. Nas áreas periféricas, formam-se as condições do processo de urbanização-industrialização, em parte pelas mudanças nas relações externas do imperialismo-dependência, em parte por transformações econômicas internas. Como salientamos, não é este processo que será objeto específico de estudo, mas sim as representações ideológicas nele geradas e individualizadas na produção de um ideólogo (Alberto Torres). Mais claramente, trata-se de estudar a posição de Alberto Torres perante os efeitos das mudanças vinculadas a esse processo, e o tipo de soluções que ele propõe.

Na perspectiva aqui assumida, as noções e idéias componentes de uma manifestação ideológica determinada são sempre *representações* de situações concretas vividas pelos agentes, e possuem uma estrutura interna de significações que será buscada no conteúdo dos textos. As noções sobre situações concretas (no caso, urbanização, industrialização, economia agrária de exportação, mudanças e conflitos sociais, regime político etc.) se constituem em *dados pressupostos* (conhecidos através da bibliografia) na tarefa de análise, mas não se pretende transforma-las nos elementos explicativos (as “chaves” explicativas) das noções contidas no texto. Sendo noções *externas*, não pensamos que elas por si só possam elucidar a natureza ideológica do discurso. Se há um consenso quanto ao fato de que toda manifestação ideológica é uma desfiguração do real, por outro lado é necessário frisar que a análise da ideologia não deve conduzir a juízos de valor, em virtude da desfiguração. Há certos procedimentos analíticos que, efetuando uma leitura pobre ou esquemática da mensagem ideológica, passam por cima dos mecanismos simples de compreensão, reduzem a representação ideológica a um processo de escamoteamento ou ilusionismo que não teria nenhum valor para

conhecimento da realidade (5). Assim, se constatamos na visão de Alberto Torres uma relação cidade-campo de natureza antagônica, caracteristicamente “dualista”, de pouco adiantaria desenvolver uma análise crítica apontando essa desfiguração da realidade. Ao analista de hoje sobram apóios teóricos e dados empíricos para negar esse dualismo. Ora, o que justamente singulariza a obra de Alberto Torres, na temática que escolhemos, é esse “dualismo”, é o realce da natureza antagônica das relações cidade-campo, o prejuízo dos interesses de certos grupos da sociedade em benefício de outros e, por último, os males sociais geradores de desequilíbrio e desorganização da sociedade global. É através dessas noções que a representação ideológica aqui individualizada se torna significativa de condições concretas da sociedade e da prática política concreta de determinados estratos sociais (no caso pertencentes à classe dominante). Negar ou criticar esse dualismo pelo ângulo da desfiguração, atribuindo juízos de valor ou delimitando a “falsa consciência”, equivale a não apreender as formas concretas que, em última instância, originam as noções ideológicas mas que também são por elas afetadas, na medida em que fazem parte dos comportamentos .

Uma outra advertência. A realização satisfatória dessa análise exige uma compreensão global de todas as noções textuais, a fim de se chegar à sua estrutura interna. Isolar um tema significa incorrer em sério risco, o que ainda é mais problemático com as idéias de Alberto Torres que constituem um bloco homogêneo, com muitas interpenetrações. É praticamente impossível dissociar o tema escolhido — urbanização e relações cidade-campo — de uma teoria geral (nacional e mundial) que marca uma de suas grandes peculiaridades e compreende a articulação de conceitos diversos: nação, Estado, poder, riqueza, classes sociais, trabalho, regime político, governo, etc. Estamos, pois, conscientes de que a extração de uma parte do conjunto pode acarretar limitações na compreensão de nossos objetivos.

Dentro da relativamente extensa produção de Alberto Torres (cinco livros publicados, artigos de jornais, pareceres jurídicos, mensagens presidenciais, discursos parlamentares), detivemo-nos na lei-

(5). Estas conclusões de ordem metodológica se apoiam nos conceitos de *ideologia e leitura ideológica* propostas por Althusser (L.) e outros, *Lire le Capital*, tomo 1. Paris. François Maspero. 1967 (Prefácio: “Du ‘Capital’ a la philosophie de Marx”). HARNECKER. (M.), *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. 6ª ed. México. Siglo Veintiuno. 1971. (Cap. V: “Infraestructura y superestructura”, e Cap. VI: “Estructura ideológica”). POULANTZAS (N.), *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris. François Maspero. 1968.

tura de duas obras básicas: *A organização nacional*, e *O problema nacional brasileiro*, ambas publicadas em 1914 (6).

Em função dos textos escolhidos, a análise da sua maneira de reconstituir ideologicamente as condições de urbanização, estabelecendo uma oposição entre cidade e campo, pode ser desdobrada num esquema de três níveis: 1). — críticas à “vida urbana”; 2). — defesa da “vida do campo” e 3). — proposições para a “organização nacional”. Através desses três níveis, é possível chegar à estrutura geral dos textos, em relação ao problema aqui isolado. Naturalmente, não é com essa ordem que as idéias se enunciam, nem muito menos com uma perfeita coerência e clareza. Todas as expressões assinaladas com aspas reproduzem literalmente a forma conceitual enunciada, da mesma maneira pela qual são reproduzidos os significados conceituais e os raciocínios, procurando reconstruir o conjunto das relações de uma sociedade urbano-industrial em gestação, na forma mais próxima possível da visão do Autor.

1. — *Críticas à “vida urbana”.*

Este polo da sociedade — as “cidades” — faz parte de um conjunto maior de “problemas nacionais” que são objeto de crítica e em que se inclui o próprio setor agrário-exportador, além de outros aspectos da realidade observada. Seja no âmbito nacional, seja nas atividades tipicamente urbanas, esta crítica vem acompanhada de considerações políticas e morais, uma dimensão que se repete ao longo do pensamento de Alberto Torres.

Para efeito de melhor compreensão, podemos desdobrar a sua crítica às transformações urbano-industriais em dois grandes temas: a “subordinação econômica do país” e a “degenerescência da vida urbana”. Esta subordinação, intimamente ligada ao processo de urbanização, manifesta-se, no texto, devido à natureza de certas atividades econômicas e à ação de certas categorias sociais, ambas vinculadas direta ou indiretamente às cidades e provocadoras da “drenagem de nossas riquezas”. Quanto às atividades, dirige-se sobretudo contra a ação das empresas estrangeiras no Brasil, não simplesmente por estarem fora do controle nacional, mas por serem depredadoras e gerarem o desequilíbrio entre a produção e a circulação. Reconhece, antes de mais nada, que as atividades oriundas da circulação propiciam essa drenagem de capitais e de recursos para o exterior uma vez que voltadas para esse fim. Também demonstra a existência de outras atividades propiciadoras da subordinação: a

(6). — Foram consultadas as edições da Companhia Editora Nacional, 2ª ed. São Paulo. 1933.

agricultura primário-exportadora, o comércio em geral, a especulação financeira e os empréstimos externos — atividades cujos instrumentos são as vias de circulação (principalmente as estradas de ferro) e a ação de certos grupos sociais. Nesses grupos são incluídos desde os elementos dirigentes (homens do governo), intercalando diferentes categorias sócio-profissionais urbanas (comerciantes, banqueiros, industriais, especuladores, profissionais liberais) até os contingentes de trabalhadores urbanos aqui radicados. Em pé de igualdade com os grupos urbanos, também se acham mencionados os proprietários do setor agrário-exportador. No plano cultural, critica constantemente, e isso no decorrer de toda a obra, a situação de alheamento, imitação e artificialismo das elites intelectuais, situação considerada inerente ao mesmo tempo da formação colonial da nação e do estágio avançado de urbanização. Portanto, a contingência externa (imperialismo ou a “força do capital”), destacada inúmeras vezes, adquire mais consistência e agrava a subordinação, pela colaboração vinda dos grupos urbanos e dos trabalhadores estrangeiros (imigrantes).

Na composição do segundo tema, *características degenerescentes da vida em cidades*, evidencia-se em todo momento a preocupação de montar uma teoria geral, na qual são confrontadas, mais ou menos ao acaso, experiências históricas de diferentes épocas ou realidades de diferentes países; em seguida, chega a uma teoria específica, “nacional”, invariavelmente tida por irredutível e mais complexa, com diferenças notáveis em relação a qualquer modelo. Este procedimento domina, aliás, o pensamento inteiro de Alberto Torres, e pode ser estendido à maioria das representações ideológicas dominantes, naquela época. Na observação da vida urbana brasileira, atinge grande proporção de crítica a ocorrência de tensões sociais geradas no âmbito das cidades e das relações setoriais das atividades urbano-industriais com o campo (entendido em sentido lato: agricultura, pecuária e exploração da natureza). Dessas tensões teriam origem os fatores de desequilíbrio (sobretudo entre cidade-campo), desorganização e desnacionalização. Em decorrência, as descrições da vida urbana mostram-se carregadas de coloridos morais, emotivamente pessimistas, depreciando os “costumes” urbanos (artificialismo, afetação, privilégios, ociosidade, costumes não sadios etc.) e denotando uma atitude de não aceitação das tensões e conflitos tipicamente urbanos. Nessa linha de negação, há o propósito especial de condenar o desenvolvimento progressivo, tanto nas sociedades européias quanto no Brasil, de duas opções malélicas: o “individualismo capitalista” e o “coletivismo socialista”. No Brasil seriam tendências extremadas, fruto da imitação, da importação e, naturalmente, tal como as classes e as atividades que condicionam sua existência, desvinculadas da “realidade nacional”.

Todavia, as implicações mais graves são as encontradas no plano das relações inter-setoriais. Os grupos urbanos (indiferentemente se pertencentes às classes dominantes ou às dominadas) possuiriam privilégios especiais e exerceriam enorme influência sobre as decisões governamentais. Entre as evidências desta condição privilegiada, são destacadas as medidas legislativas, o protecionismo alfandegário à indústria, a atenção dada pelos governos aos operários (“questão social”) e o peso da imprensa nas decisões políticas. Em relação à classe operária, o comportamento manifesto nos textos traduz-se por uma dubiedade paternalista: de um lado, confronta os “privilégios” obtidos pela “aristocracia proletária” com o abandono ao trabalhador rural; de outro, empenha-se em melhorar as condições de vida e de trabalho desta classe, lançando formas de organização do trabalho mediante a criação de comunidade agrícolas de pequenos proprietários e a sindicalização dirigida pelo Estado. A atitude, em ambos os casos, é a mesma; se no primeiro caso tem cunho francamente contrário às lutas reivindicatórias e doutrinárias da prática política da classe operária urbana, já no segundo tem o objetivo de controlar a luta de classes em si. Luta de classes que, nessa linha, seria resultante da ação exclusivista das classes sociais urbanas, preocupadas apenas em defender seus interesses imediatos.

Por último, entra no ângulo dessa crítica à vida urbana a necessidade de preservação dos recursos naturais, em que não está ausente a condenação da ação depredadora das empresas estrangeiras, nem muito menos o esgotamento do solo provocado pelos sucessivos “ciclos econômicos brasileiros”. Na época vivida por Alberto Torres, era corrente uma visão do Brasil que conferia ao estágio da vida urbana e crescimento econômico, realmente verificado, uma elevação ao “progresso” e à “civilização”. Daí que, considerando este conjunto de críticas, essas noções de “progresso” e “civilização” ficam bastante comprometidas, pois estariam sendo postos em dúvida os seus benefícios e lembrados os “problemas nacionais” não resolvidos.

2. — Defesa da “vida do campo”.

Não é sempre e tão claramente que os elementos constitutivos desse núcleo de atividades se expressam em nível de uma defesa. Aparecem em decorrência da oposição ao desenvolvimento urbano e também nos projetos de solucionamento da realidade captada. O “mundo rural” aqui fixado constitui uma referência pretérita, elevado à condição de modelo ideal, descrito geralmente através de recordações narradas por outrem ou vividas pelo próprio Alberto Torres. Obviamente, não se trata de uma valorização plena ou de culto ao passado; quando muito, poderá ser uma ligação não desfeita que

fundamenta muitas atitudes, muitas noções, e interfere, portanto, na reprodução ideológica dos dados da realidade. Mas não se trata, por isso, de ruralizar integralmente a sociedade, de desejar o regresso a um antigo modo de vida agrário e semi-artesanal. O que se pretende é instaurar na vida urbana de então os padrões de organicidade e equilíbrio considerados próprios do mundo rural anterior ao trabalho livre e ao processo de urbanização-industrialização.

Quais seriam esses padrões? De início, o conceito de “produção”, o atributo mais genérico da vida rural, que naturalmente compreende a agricultura, a pecuária e a extração (minérios ou produtos florestais), compondo assim as únicas atividades geradoras de riqueza. Em oposição, situam-se as atividades ligadas ao “capital” e à “circulação” (comércio e transportes), que não geram riqueza, apenas servem de intermediários entre os produtos e os mercados ou reproduzem artificialmente expressões de riquezas (dinheiro, papéis, títulos etc.), e que naturalmente se desenvolvem fora do âmbito rural. Em decorrência dessa legitimação anti-capitalista (no sentido apontado, oposição entre produção e circulação) da economia rural, chega a uma visualização de relações sociais ausentes de contradições, mais expressamente as relações entre proprietário e trabalhador (escravo ou livre). Trabalho e propriedade (“escravo” e “senhor”) identificam-se enquanto formas de atividade e dissolvem-se perante objetivos (do “senhor” e do “escravo”) de realizar a produção. Não havendo tensões entre tais atividades, torna-se mais ou menos automática a valorização de inúmeros atributos moralmente positivos da vida rural, contrapostos àqueles observados na vida urbana. Tais atributos vão, afinal, somar-se a outros, de fortes dimensões telúricas, que fazem de Alberto Torres um propagandista da preservação da natureza e reaproveitamento do solo.

3. — *Proposições para a “organização nacional”.*

Dado o entrelaço desses elementos da realidade nacional, as soluções propostas dirigem-se a dois objetivos centrais: 1). — organização da sociedade em bases rurais, e 2). — intervenção do Estado. Primordialmente, esta solução agrária significa organizar a própria produção de gêneros agro-pastoris, dando primazia à produção de gêneros de consumo alimentício e criando mecanismos especiais de assistência ao “homem do campo”. Ao mesmo tempo, introduz uma solução inovadora: a criação de comunidades agrícolas, formadas de pequenos proprietários, que seriam constituídos pelas diferentes categorias de trabalhadores rurais e, além deles, pela mão-de-obra desempregada ou sub-empregada das cidades — mobilização que se traduziria num programa de “regresso ao campo”. No

fundo procura a integração de atividades econômicas desvinculadas e até conflitantes entre si, mediante a implantação de agro-indústrias, a interiorização das cidades (isto é, organização e desenvolvimento de centros urbanos no interior) e o impulso ao comércio interno (uma forma de integrar a “circulação” à “produção”). Se realizados esses objetivos, a sociedade brasileira poderia superar o “desequilíbrio” e a “desorganização”, surgindo naturalmente as condições de regeneração moral do “homem brasileiro”, novamente em contacto com a “produção” e a “terra”; a partir daí, seria possível moldar a “nacionalidade”.

A intervenção do Estado seria o único meio de efetivar essas mudanças. Em toda a proposta de Alberto Torres as possibilidades de mudanças convergem naturalmente para o nível político, implicam na adoção de medidas legislativas e decisões políticas: é uma “criação artificial”, produto de uma ação programada sobre o real. No caso particular que ora estamos considerando, a integração cidade-campo representa uma parte de um plano mais geral de intervenção do Estado, que nunca é perdido de vista. O impasse já apontado entre o socialismo e o individualismo justificariam, de modo mais direto, o papel do Estado, permitindo, então, a concretização de certos objetivos gerais, onde se incluem: integração cidade-campo, o equilíbrio social (“justiça social”) e a “organização nacional”, este o objetivo último a ser alcançado. Contudo, a nenhuma classe ou grupo social atribui especialmente a função de dirigir esta ação, haja vista o próprio estado de desorganização em que se encontrava a sociedade. Nem mesmo as elites “tradicionais”, então no poder, estariam aptas a preencher este papel, pois uma das questões levantadas por Alberto Torres é a organização de uma nova elite nacional de poder. Em decorrência, o papel organizatório do Estado aumenta consideravelmente, passando a ser o agente responsável pela programação e execução das medidas reformadoras, incluindo a organização da nova elite. Resta saber como seriam compostos social e politicamente os aparelhos de Estado, ou, precisamente, quem seriam os componentes da nova elite estatal, para efetivação daquelas mudanças — alternativa que fica sem resposta nos escritos de Alberto Torres.

4. — *Conclusão.*

A atitude de rejeição das formas de vida urbana conduz à negação do próprio processo de urbanização, que seria provocador da desorganização geral da sociedade e teria rompido o equilíbrio social assentado nas atividades agrárias. Inúmeros “males” da nação brasileira, por ligação remota ou próxima, decorrem dos efei-

tos da urbanização: a dependência (“subordinação”) agravada, os conflitos sociais de classes aguçados, as tradições e o “carater nacional” alterados, o homem brasileiro moralmente combalido, os costumes e ideologias estrangeiras penetrando e vigorando... E tudo isso porque há a indispensável colaboração de agentes sociais internos, tanto quanto as atividades econômicas a que estão ligados sedimentam a atuação de empresas e grupos imperialistas.

Esta solução para os problemas da sociedade brasileira contemporânea tem recebido, por parte de muitos leitores de Alberto Torres, a crítica de “agrarista”, “conservadora”, contrária ao “progresso”, o que só se justifica até certo ponto. Na totalidade de suas manifestações nas obras aqui analisadas, esta solução agrária, acompanhada de visível fixação na estabilidade e organicidade da lavoura escravista, implica também na condenação da monocultura e na crítica à política de proteção unilateral dos gêneros primários de exportação (café, sobretudo). Crítica em que se responsabiliza o protecionismo exclusivo de agravar, tão intensamente quanto outras atividades, a situação de dependência econômico-financeira do país.

O programa de reformas capazes de superar o antagonismo cidade-campo, já dissemos, centraliza-se em medidas de ação política. Em sentido amplo, a proposta objetiva o questionamento, a reformulação da teoria liberal competitiva e seus princípios encontrados no regime político brasileiro, por ser, no plano da ideologia, um dos obstáculos à superação do atraso nacional. Negador do *laissez-faire*, o programa teoriza e enaltece o intervencionismo estatal, a mediação equitativa, através do Estado, entre os antagonismos de setores econômicos, classes sociais, instituições sociais e políticas, costumes etc.

É aqui, mais uma vez, a questão dos rótulos. Por essa negação do liberalismo individualista, do livre-câmbio, da livre-empresa, do funcionamento automático do mercado, — e mais ainda pelo seu nacionalismo — a obra de Alberto Torres pode ser confundida com atitude anti-capitalista. O que seria um grande equívoco. Não há, nas críticas desferidas à urbanização desorganizadora, à pilhagem imperialista, à falência das instituições políticas republicanas, à incapacidade e opressão das elites dirigentes, uma atitude de negação dos fundamentos do sistema capitalista. Mesmo quando esboça uma oposição entre a “produção” e o “capital” está-se referindo mais ao domínio do dinheiro e dos meios financeiros sobre as riquezas tiradas da terra e as “indústrias naturais” e, respectivamente, ao domínio das empresas e nações possuidoras da “força do

capital” sobre as empresas e nações agrícolas (a moderna “conquista argentária”). Em nenhum momento exclui a necessidade de capitais para o desenvolvimento de forças produtoras; o que traz preocupação é a exclusiva comercialização dos produtos agrícolas, em menosprezo do auto-consumo de gêneros alimentícios, e a completa dependência da exportação agrícola e da extração de riquezas minerais aos polos mais dinâmicos do capitalismo ligados à circulação e à reprodução de capitais (bancos, comércio, sociedades anônimas, especulação financeira etc.).

A discutida conotação anti-capitalista ganha outro significado se forem consideradas as tendências indicadoras da fase monopolista do capitalismo internacional, no final do século XIX, as quais explicam certas posições críticas como as de Alberto Torres. Não se trata de uma negação do sistema capitalista mas da fase monopolista, que teria levado ao extremo a dominação imperialista e arruinado a possibilidade de sobrevivência da Nação-Estado. O agravamento dos conflitos com o desenvolvimento dos monopólios empresariais reduziu, sem dúvida alguma, o campo das alternativas de prática política e justificações ideológicas, em torno da conservação, do reformismo ou da negação do sistema capitalista. Essa redução (nas suas palavras, “diátase”) foi captada na obra de Alberto Torres de modo equivalente ao de várias e significativas tendências ideológicas manifestas nos países hegemônicos, à mesma época. Abandona-se o automatismo do *laissez-faire*, e repudiam-se as teorias socialistas que modelam um sistema oposto ao capitalismo. As correntes neo-liberais, já em curso nos Estados Unidos e nas democracias liberais da Europa, combatem, em nome de “autênticos” fundamentos capitalistas, os excessos e extremismos da etapa monopolista: poder dos trustes, desigualdade de riquezas, imperialismo, controles monopolistas, elitização do regime democrático, anulação das liberdades civis etc; mas também, a luta de classes, a agitação sindical, a radicalização política (anarquismo), as greves, o poder sindical etc. A seu modo, e postado na defesa da soberania nacional, Alberto Torres repudia o superado liberalismo *manchesteriano*, justificador da fase concorrencial do capitalismo, mas não aceita os modelos de solução propostos pelas correntes socialistas, pelo menos daquelas mais difundidas entre a classe operária brasileira nos primórdios da industrialização.

Tanto para a maioria das correntes neo-liberais quanto para o conjunto das propostas de Alberto Torres, consagra-se a tese da intervenção do Estado, com as funções amplas de controlar abusos, suavizar tensões, conciliar interesses, pairar acima das classes. É inegável que esta concepção de Estado, sustentada possivelmente em

etapas anteriores do capitalismo ou mesmo em sistemas anteriores, encontrou largo terreno para se consolidar no momento em que o Estado, *de fato*, amplia suas funções de preservação do sistema em seu conjunto. Isto é, na etapa contemporânea do capitalismo, o Estado efetivamente interfere mais nas empresas, aumenta seus quadros burocráticos, diversifica e amplia suas instituições e aparelhos, regula mais frequentemente o mercado, controla e reprime manifestações das classes dominadas, incorpora e dirige a ação sindical; enfim, inicia o que, a partir da década de 1930, se consolidaria no *planejamento* das sociedades capitalistas. As representações ideológicas desempenham a função importante de incorporar esta intervenção concreta do Estado, em sentido desfigurado. Necessária à preservação do sistema na fase monopolista e à reprodução das relações de dominação econômica, política e ideológica, esta ampliação do papel do Estado transforma-se, na representação ideológica, em finalidade desejada, beneficiadora e “medidora” de todas as classes sociais. A sociedade capitalista passa a ser reproduzida ideologicamente de acordo com um modelo “pluralista”, um todo orgânico de partes integradas e justapostas, sem sobreposição desigual de certas “classes” sobre outras (7).

Não podemos concluir afirmando que as propostas de Alberto Torres contêm todas estas decorrências, completas e explícitas. Mesmo porque só dos últimos quarenta anos em diante é que o processo de transformações, começado no final do século XIX, elaborou suas formas mais acabadas, permitindo melhor conhecimento de seu significado. Nas críticas ao tipo de urbanização brasileira, deixa transparecer uma concepção organicista da sociedade, reforçada pelo modelo de organização agrária que ele julgava ter existido na fase do trabalho escravo e que apregoava ser a melhor alternativa aos desequilíbrios advindos com a urbanização-industrialização. Não podia ser outra a solução, pois *de fato* a economia brasileira era, no seu tempo, essencialmente agrária, localizando-se na agricultura o setor mais dinâmico de acumulação de capitais.

“O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É

(7). — A inscrição das concepções “pluralistas” na ideologia dominante, bem como seu compromisso com o “Estado do bem-estar”, nas sociedades capitalistas do século XX, são apontadas por POULANTZAS (N.), *ob. cit.*, pp. 286/98. Luís Pereira também registra a aceitação da “mediação” pelas posições neo-liberais [PEREIRA (L.), *ob. cit.*, cap. 1: “História e Planificação”].

preciso que seja, porem, uma república social, p̄evidente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhes podem dar dentro da ordem, sem prejuizo de terceiros” (8).

Mas faltava organização ao crescimento econômico e, principalmente, à formação da nacionalidade. Impunha-se a ação política, de maneira mais específica a ação do Estado.

“É este o ponto em que cumpre reprimir o exagero individualista do ‘laissez-faire, laissez aller, laissez-passe!’ Tenhamos em mente que as nações não se formam espontaneamente em nossa época: são construídas por seus dirigentes; são obras d’arte políticas” (9).

A soma de funções entregue aos dirigentes e ao Estado resolveria um dos grandes problemas do “falso” progresso urbano: a impossibilidade de autonomia política e econômica da nação. É dentro de um modelo de capitalismo equilibrado, “socializado”, em certa medida original para a época, que procura equacionar os problemas no plano interno. O modelo inclui, igualmente, autonomia e nacionalização, o que quer dizer eliminar a dependência. Este objetivo, eliminar a dependência, numa época de intenso imperialismo, só pode ser classificado de atitude anti-capitalista, se for considerado este fundamento imprescindível do sistema capitalista “internacional”: as ligações de dependência-imperialismo, as relações comerciais e financeiras definidas no plano externo, e incrustadas nas estruturas econômicas e sociais das nações dominadas. A menos que se queira referendar os termos de uma ideologia, tão bem desenvolvida nas teorizações de Alberto Torres, segundo a qual o capitalismo se resume em dinheiro, lucro, comércio, mercadorias, juros, imperialismo, burguesia, capitalistas, operários, individualismo etc, ficando à parte a produção, as autênticas riquezas da terra, a saudavel vida do campo, a divisão justa de trabalho no mundo rural. . .

* *

*

(8). — TORRES (A.), *A organização nacional*, p. 182.

(9). — TORRES (A.), *A organização nacional*, p. 182.

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Roberto Machado Carvalho* (FAFI Moema e FAFI Nossa Senhora do Patrocínio. Itú. SP).

Disse que o Autor no resumo apresentado (página 23 B), últimas linhas, afirma:

Verifica-se que o pensamento de Alberto Torres volta-se contra o capital estrangeiro .

Pergunta: “Até que ponto essa tomada de posição é válida para conceituar um “sádio nacionalismo” na obra de Alberto Torres?” Na página 24 B do resumo o Autor afirma:

Destaca os grupos urbanos como “privilegiados e altamente influentes sobre as decisões do Governo”. Lembra o protecionismo anfandegário à indústria e a atenção dada aos operários (questão social).

Pergunta: “Não era a aristocracia agrária que mantinha os postos de governo através da “política dos governadores”? O problema operário não estava abandonado pelo governo, haja visto a greve de 1917 em São Paulo?”

aa página 25-B o Autor afirma:

“Nota-se que no trabalho que Alberto Torres admite a intervenção do Estado para resolver o impasse criado entre o socialismo e o individualismo, com o objetivo de garantir a justiça social.

Pergunta:

— “Até que ponto vai essa intervenção estatal?”

— Se até as últimas consequências, a posição do ideólogo não conflita com os princípios democráticos, que tem na livre-empresa um dos seus fundamentos?

— Não estaria Alberto Torres lançando as bases da doutrina Corporativista, tipo fascista, ou renunciando o Estadonovismo de Getúlio Vargas?”

*

Da Prof.^a *Alice Piffer Canabrava* (FCEA/USP).

Disse:

“Se nos lembramos de que a obra de John Maynard Keynes (*A Teoria Geral*) foi publicada em 1936, e marca o pensamento do último dos grandes neo-clássicos, que defende a intervenção estatal na economia, poderia o Autor considerar Alberto Torres como precursor do intervencionismo econômico?”

*

Da Prof.^a *Ana Lúcia da Silva* (UCGo).

Disse que para efeito de compreensão do resumo — que neste ponto lhe parece valorativo — gostaria que o Autor explicitasse a seguinte afirmação:

“assim, se existe na visão de Alberto Torres uma relação cidade-campo ... Por outro lado, não perde significado por ser uma desfiguração do real.

Que dados possui o Autor para formular esta apreciação?

*

Da Prof.^a *Maria Ignez Arreguy Soares* (UFMG e FAFI BH).

Disse que gostaria que o Autor explicasse qual qual é o “caracter nacional brasileiro”, segundo Alberto Torres.

* *

*

RESPOSTAS DO PROFESSOR ADALBERTO MARSON.

Ao Prof. *Roberto Machado de Carvalho*.

Respondendo, afirmou:

1.º). — A conceituação depende da interpretação que se dê a “sadio nacionalismo”: Em nossa perspectiva consideramos Alberto Torres um pensador típico do nacionalismo brasileiro .

2.º). — A visão manifesta nas obras de Alberto Torres da ação dos grupos sociais urbanos não corresponde às situações concretas. Considera esses grupos privilegiados em relação à maioria da população brasileira, que se vinculava ao campo.

3.º). — A intervenção estatal é proposta em âmbito bastante prático, com fins a reguladores da atividade econômica. Nesse

sentido, não prevê a extinção da livre-empresa, mas uma forma de regular sua ação .

4.º — As idéias de Alberto Torres disseminaram-se em todas vertentes nacionalistas brasileiras, a partir de 1920; daí serem consideradas por alguns autores como “prenunciadores”, por terem sido utilizadas .

*

A Prof.^a *Alice Piffer Canabrava*.

Disse que: “dentre as grandes referências teóricas que estão presentes nas obras de Alberto Torres, destaca-se o neo-liberalismo de alguns autores citados ao longo das obras. Nessa medida, constitui uma reformulação do liberalismo clássico em termos bem gerais, preconizando a intervenção estatal, mas não a eliminação de certos elementos típicos do liberalismo (livre empresa, direitos civis, etc.). Por outro lado, a intervenção proposta por Alberto Torres não chega ao grau de especificidade (técnicas e econômicas) de Keynes.

*

A Prof.^a *Ana Lúcia Silva*.

Respondeu que a formulação anotada foi feita com a intenção de mostrar a perspectiva adotada na análise. Talvez, por essa razão, tenha ficado evidente demais.

*

A Prof.^a *Maria Ignez Arreguy Soares*.

Explica que os elementos constitutivos do “carater nacional brasileiro”, segundo Alberto Torres, são demasiado abrangentes, possuindo a característica de pensar a “realidade nacional” como distinta da realidade de outros países. O ponto de partida dessa conceituação de Alberto Torres constitui o conjunto de atividades, relações sociais e comportamentos do mundo rural. Em certa medida, seu nacionalismo chega a ser uma valorização moral do “homem brasileiro”. Há fortes indícios da não aceitação dos estrangeiros, mas procura distanciar-se da xenofobia.